

# PEDIDO DE REDESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DA \_\_\_\_ VARA DO TRABALHO DE

\_\_\_\_\_

PROCESSO Nº: \_\_\_\_\_

RECLAMANTE: \_\_\_\_\_

RECLAMADA: \_\_\_\_\_

ASSUNTO: Pedido de redesignação de audiência

**O(A) Requerente, devidamente qualificado(a) nos autos do processo em epígrafe, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência requerer a redesignação da audiência designada, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos:**

## I – DOS FATOS

1. A audiência referente ao presente processo foi designada para data anteriormente agendada, conforme despacho deste juízo.

2. Entretanto, devido a circunstâncias imprevistas e relevantes, torna-se impossível a presença do(a) Requerente/representante legal na data marcada.

### 3. Dentre os motivos que justificam o pedido, destacam-se:

- \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_

## II – DO DIREITO

4. O Código de Processo Civil e a Consolidação das Leis do Trabalho asseguram às partes o direito à ampla defesa e ao contraditório, incluindo a possibilidade de requerer a redesignação de atos processuais em situações justificadas.

5. O artigo 769 da CLT prevê que a audiência poderá ser redesignada em caso de motivo relevante e devidamente comprovado.

## III – DO PEDIDO

6. Diante do exposto, requer-se a Vossa Excelência a redesignação da audiência para data que melhor se adeque à conveniência deste juízo e das partes envolvidas.

7. Requer, ainda, que todas as partes sejam comunicadas da nova data com a devida antecedência.

8. Termos em que,

Pede deferimento.

Local: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Nome do(a) Advogado(a)

OAB/UF nº \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Fonte original deste documento:

<https://adv-documentos.com/redesignacao-de-audiencia/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://adv-documentos.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.  
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.  
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.